

DIREITOS HUMANOS: UMA REFLEXÃO À LUZ DA ANÁLISE DE DISCURSO SOBRE A COMPETÊNCIA 5 DE INTERVENÇÃO SOCIAL NAS REDAÇÕES DO ENEM

Carla Andrea Pereira de Rezende

Unifran

carlarezendeadv@bol.com.br

Maria Ângela de Freitas Chiachiri

Unifran

susichiachiri@hotmail.com

RESUMO

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que avalia no Brasil o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica, é utilizado também como critério de seleção para os que pretendem ingressar em universidades públicas e/ou para os que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni) com vistas ao ingresso em uma instituição privada. Este trabalho tem como objetivo principal refletir sobre as práticas discursivas que têm como foco “os direitos humanos” relacionados com o tema da proposta de redação do Enem de 2012, presentes no manual denominado “A redação do Enem 2012: guia do participante” - uma publicação governamental - e no “Guia do Estudante Redação + Vestibular Enem 2014” - uma publicação midiática. O *corpus* configura-se na análise das práticas discursivas dos candidatos sobre o tema de 2012 “O movimento migratório para o Brasil no século 21”, principalmente ao “elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos”, exigida na competência 5, como critério de avaliação do texto. O aporte teórico-metodológico para essa análise centra-se na perspectiva discursiva francesa e nos estudos foucaultianos no que tange às práticas discursivas, às relações de saber e de poder, à ordem do discurso, à constituição da identidade e da subjetividade. Os conceitos de condições de produção e de memória discursiva são baseados em Pêcheux (1998). Para as questões de práticas de leitura e escrita, fundamenta-se em Orlandi (2012) e para os discursos midiáticos em Charaudeau (2007). As questões dos direitos humanos assentam-se nos estudos de Bobbio (1997) no que se refere à definição de direitos humanos (naturais); Piovesan (2007) esclarece acerca dos direitos referentes à cidadania, direitos internacionais e suas correlações no sistema jurídico brasileiro. Compreender o que sejam “direitos humanos” envolve diversas questões e pontos de vistas de diferentes áreas do conhecimento: filosofia, sociologia, história, economia, comunicação, mídia e a própria área do direito. Estudar as práticas discursivas que permeiam os enunciados das redações permite observar que visão de mundo sobre os direitos humanos são reveladas pelos estudantes e quais aspectos ideológicos constituem suas memórias discursivas. Os resultados preliminares apontam para um discurso heterogêneo, vindo de várias formações discursivas, tanto midiáticas sobre os imigrantes como dos textos motivadores da redação que também refletem posições ideológicas. As reflexões acerca dos resultados da pesquisa podem colaborar para a fundamentação da prática pedagógica de professores do ensino médio.

Palavras-chave: redação do Enem, proposta de intervenção social, direitos humanos.

ABSTRACT

The National Secondary Education Examination (Enem), in Brazil that evaluates the student's performance at the end of basic education, is also used as selection criteria for those wishing to join public universities and / or for those wishing to apply for a scholarship the University

for All Program (ProUni) with a view to entering into a private institution. This work aims to reflect on the discursive practices that focus on " human rights " related to the subject of the proposed wording of Enem 2012 , in the manual called " The wording of Enem 2012: participant's guide '- a government publication - and " Student Writing Guide + Vestibular Enem 2014 " - a media publication. The corpus automatically sets to the analysis of the discursive practices of the candidates on the 2012 theme " The immigration movement to Brazil in the 21st century ," especially the "elaborate intervention proposal for the addressed problem, respecting human rights," the competence required 5 , as a criterion for evaluating the text. The theoretical and methodological contributions to the analysis focuses on the French discursive perspective and Foucault studies in relation to discursive practices , relations of knowledge and power , the order of discourse , the formation of identity and subjectivity. The concepts of production conditions and discursive memory are based on Pecheux (1998) . For questions regarding practices of reading and writing, is based on Orlandi (2012) and the media discourse in Charaudeau (2007) . Issues of human rights are based on studies of Bobbio (1997) regarding the definition of (natural) human rights ; Piovesan (2007) explains about rights regarding citizenship , international rights and their correlations in the Brazilian legal system. Understand what are " human rights " involves several issues and points of view of different areas of knowledge : philosophy , sociology , history, economics , communication, media and own the right area . Studying the discursive practices that permeate the utterances of newsrooms can observe that worldview on human rights are revealed by students and ideological aspects which constitute their discursive memories. Preliminary results indicate a heterogeneous discourse, coming from several, both media about immigrants as motivators of writing texts that also reflect ideological positions discursive formations. Reflections on the results of the research can contribute to the reasoning of the pedagogical practice of high school teachers.

Keywords : writing Enem , proposal for social intervention , human rights .

INTRODUÇÃO

Este artigo teve como **objetivo geral** analisar os discursos presentes nos enunciados das redações de candidatos que participaram do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2012.

Os **objetivos específicos** consistiram em a) identificar quais as práticas discursivas sobre a temática da imigração para o Brasil neste século aparecem nos enunciados das redações; b) analisar discursivamente que visão de mundo os candidatos revelam sobre os direitos humanos.

O objeto de análise consiste em uma redação de candidato ao Enem 2012, publicada no material didático *A Redação no Enem 2013: guia do participante*, publicado pelo Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com a finalidade de exemplificar como os candidatos costumam atender aos vários critérios estabelecidos para a correção comentando sobre a maior ou menor adequação.

A metodologia de pesquisa se fez bibliográfica e qualitativa, desenvolvida em três seções, nas quais se apresentam histórico do Enem e seus critérios de avaliação, os elementos constitutivos dos direitos humanos e análise discursiva da proposta de intervenção social que os candidatos devem apresentar para atender à Competência 5.

Como resultado preliminar, identificaram-se reverberações de práticas discursivas sobre a temática da imigração, que aparecem tanto na mídia como nos textos motivadores da coletânea; a visão de mundo que os estudantes revelam nas redações, nessa condição de produção de avaliação no Enem, embasa-se na memória discursiva e assim, eles (re)produzem um discurso repetível, reverberando já-ditos e produzem o texto conforme o discurso da instituição que regulamenta e avalia o exame.

1 ENEM: histórico, critérios de avaliação e proposta de intervenção social que respeite os direitos humanos

Nesta seção, será apresentado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como um sistema de avaliação implementado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Ao mesmo tempo, será descrito o material didático *A Redação no Enem 2013: guia do participante*, publicado pelo Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), como um manual de orientações ao estudante que se submeteria ao referido exame em 2013. A escolha do guia do ano de 2013 deve-se ao fato de que, neste manual, há apreciações sobre algumas redações *nota 1000*, já corrigidas, sobre a temática de 2012, objeto de análise deste trabalho, cuja proposta será explicitada.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é um sistema de avaliação concebido pelo MEC, no Brasil, em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes de escolas públicas e particulares do Ensino Médio e, na sua concepção, contribuiu para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade. Em 2004, passou a configurar como um dos fatores que possibilitaria a inserção do jovem na educação superior das universidades particulares, por meio do PRO-UNI. Em 2007, as Universidades Federais aderiram ao Enem usando-o como um dos instrumentos de meritocracia, sem deixar de aplicar as provas seletivas para o ingresso. A partir de 2009, passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior.

Sendo assim, pode-se observar o histórico do Enem em dois momentos distintos: um primeiro momento, em que se propôs uma certificação do Ensino Médio e um instrumento a mais para o ingresso do estudante na universidade particular, por meio do PRO-

UNI; um segundo momento, em que ganha foro de vestibular unificado, nacional, com o objetivo de ingresso nas universidades do país.

Nesse novo perfil, o Enem passa a ser seletivo, com provas carregadas de conteúdo, deixando de lado o fator “certificação do Ensino Médio”. Uma vantagem é que esse modelo de Enem leva as escolas a organizarem os currículos conforme as diretrizes previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 24 de dezembro de 1996.

Nos termos do artigo 35 da LDB, que estabelece as finalidades do Ensino Médio, esse nível de ensino, além de ser uma consolidação e um aprofundamento dos conhecimentos do ensino fundamental, consiste em uma preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Segundo os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio (PCNEM, 2000, p.05), propostos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), a formação do aluno de ensino médio deve ter como alvo principal “a aquisição de conhecimentos básicos, a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação”. Esse documento oficial propõe, para o desenvolvimento do estudante:

a formação geral, em oposição à formação específica; o desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las; a capacidade de aprender, criar, formular, ao invés do simples exercício de memorização (BRASIL, 2000, p.05). [...] a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico (BRASIL, 2000, p.14).

O Enem, como um valioso instrumento de avaliação, fornece uma imagem realista e atualizada da educação no Brasil. Ele foi desenvolvido com ênfase na aferição das estruturas mentais com as quais o jovem pode construir continuamente o conhecimento e não apenas na memória, que, embora importante na constituição dessas estruturas, sozinha não consegue fazê-lo compreender o mundo em que vive. Segundo a Fundamentação Teórico-metodológica do Enem (FTM, 2005, p.8), o objetivo do Enem é “medir e qualificar as estruturas responsáveis por essas interações”, e acrescenta:

Tais estruturas se desenvolvem e são fortalecidas em todas as dimensões de nossa vida, pela quantidade e qualidade das relações que estabelecemos com o mundo físico e social desde o nascimento. O Enem focaliza, especificamente, as competências e habilidades básicas desenvolvidas, transformadas e fortalecidas com a mediação da escola.

Pelo que se observa, a perspectiva de avaliação das provas do Enem pauta-se em competências e habilidades. De acordo com a Fundamentação Teórico- Metodológica (FTM) do ENEM, o conceito de competência se configura como “ações e operações que o sujeito utiliza para estabelecer relações com e entre os objetos, situações, fenômenos e pessoas que deseja conhecer”; já as habilidades instrumentais “referem-se, especificamente, ao plano do ‘saber fazer’” (Matrizes Curriculares de Referências do Saeb, 1998, *apud* BRASIL, 2005, p.8).

As concepções de competências e habilidades, segundo a FTM do Enem, são complementares, podendo estar imbricadas nas situações-problemas propostas por esse exame. O documento diferencia competência e habilidade da seguinte maneira:

A diferença entre competência e habilidade, em uma primeira aproximação, depende do recorte. Resolver problemas, por exemplo, é uma competência que supõe o domínio de várias habilidades. Calcular, ler, interpretar, tomar decisões, responder por escrito, etc., são exemplos de habilidades requeridas para a solução de problemas de aritmética. Mas, se saímos do contexto de problema e se consideramos a complexidade envolvida no desenvolvimento de cada uma dessas habilidades, podemos valorizá-las como competências que, por sua vez, requerem outras tantas habilidades (BRASIL, 2005, p. 17).

Esses enunciados, vindos de uma formação discursiva de cunho institucional, governamental, apontam para a escola como um lugar de formação de um cidadão crítico, criativo e participativo.

O manual intitulado *A Redação no Enem 2013: guia do participante*, reformulado e publicado pelo MEC\ INEP em julho de 2013, além de colocar como objetivo “tornar o mais transparente possível a metodologia de correção da redação, bem como o que se espera do participante em cada uma das competências avaliadas”, expresso no primeiro manual idealizado e publicado por essas instituições em 2012, acrescenta que o guia “busca esclarecer os critérios adotados no processo de avaliação das redações do Enem, responder às principais dúvidas dos participantes e mostrar exemplos de redações que obtiveram nota máxima no Enem 2012” (BRASIL, 2013, p. 03).

Essa publicação tem como equipe técnica a Diretoria de Avaliação da Educação Básica, com Revisão Externa da Universidade de Brasília e como Equipe de Editoração a Diretoria de Estudos Educacionais. Percebe-se que o preparo desse material é realizado por profissionais competentes, em sua maioria pesquisadores e técnicos assessorados por pesquisas e estudos de acompanhamento tanto pedagógico quanto científico. Dessa forma, o discurso presente nesse guia, além de oficial, é científico, pedagógico e instrucional, em que o maior objetivo é a educação formal do jovem brasileiro.

O Enem procura verificar como o conhecimento construído pelo estudante pode ser demonstrado por meio de sua autonomia de julgamento e de ação, de atitudes, valores e procedimentos diante de situações problema que se aproximem, o máximo possível, das condições reais de convívio social.

Em consonância com esse propósito, são estabelecidas cinco competências específicas de escrita que o candidato deveria apresentar na Prova de Redação para revelar-se como esse estudante autônomo, que apresente atitudes e valores no convívio social e apto a continuar seus estudos acadêmicos:

Competência 1: Demonstrar domínio da norma padrão da língua escrita.

Competência 2: Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento, para desenvolver o tema dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo.

Competência 3: Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

Competência 4: Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

Competência 5: Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos (BRASIL, 2013, p.8).

A primeira competência que o aluno deve demonstrar ao produzir sua redação é “o domínio do padrão escrito formal da língua”. Para atender a essa exigência, ele precisa ter consciência das diferenças entre as modalidades escrita e oral, assim como entre registro formal e informal. Isso implica dizer que o texto deve ser claro, objetivo e direto. A segunda competência exige uma boa “compreensão da proposta de redação” e a articulação dos conhecimentos de mundo e linguísticos para desenvolver o tema “obedecendo a estrutura de um texto dissertativo- argumentativo”, em que ele apresente e defenda com argumentos fortes uma tese que justifique sua posição perante o tema. A terceira competência diz respeito à inteligibilidade do texto, à coerência das idéias selecionadas das leituras de mundo e da experiência. Essas informações devem vir de tal forma organizadas, relacionadas com fatos e opiniões de outros, evidenciando uma ordem lógica na progressão temática, que o levem a argumentar em defesa de seu ponto de vista e o convencimento do leitor. A quarta competência refere-se à “estruturação lógica e formal entre as partes do texto”. Para defender sua tese, o estudante deverá estruturar seu texto de forma que cada parágrafo que traga uma idéia nova, composto de um ou mais períodos, estabeleça relação com os anteriores. Deverá, portanto, exibir encadeamento textual, estruturação dos parágrafos, estruturação dos períodos e referência (BRASIL, 2012, p. 11- 22).

A quinta competência exigida pelo Enem, objeto de pesquisa neste trabalho, é a apresentação de uma “*proposta de intervenção para o problema abordado respeitando os*

direitos humanos”. Isso significa dizer que o aluno, além de apresentar uma tese sobre o tema, apoiado em argumentos consistentes, precisará oferecer uma proposta de intervenção na vida social em conformidade com as conquistas advindas das lutas pelos *direitos humanos* nos mais variados âmbitos: jurídico, político, econômico e social.

Essa proposta de intervenção carece de detalhamento que permita ao leitor o julgamento sobre sua exequibilidade e os meios para realizá-la. É necessário que ela respeite os direitos humanos, ou seja, que preserve os valores sociais como cidadania, liberdade, solidariedade e diversidade cultural. Sendo assim, o candidato deverá evitar propostas vagas, gerais, buscar propostas mais concretas, específicas, consistentes com o desenvolvimento de suas idéias (BRASIL, 2012, p. 26).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2000) já falavam da importância da liberdade de opinião e expressão do aluno, mesmo que divergente, mas na possibilidade de ele criar um sentido para a comunicação do seu raciocínio:

A análise da dimensão dialógica da linguagem permite o reconhecimento de pontos de vista diferentes sobre um mesmo objeto de estudo e a formação de um ponto de vista próprio. A opção do aluno por um ponto de vista coerente, em situação determinada, faz parte de uma reflexão consciente e assumida, mesmo que provisória. A importância de liberar a expressão da opinião do aluno, mesmo que não seja a nossa, permite que crie um sentido para a comunicação do seu pensamento. Deixar falar/escrever de todas as formas, tendo como meta a organização dos textos (BRASIL, 2000, p. 21-22).

Essa publicação colabora com a orientação da prática pedagógica do professor que tem como desafio orientar o estudante para produzir textos dissertativos - argumentativos autênticos, que expressem suas idéias e opiniões de forma clara, coerente e organizada para que o seu leitor reconheça seus argumentos e compreenda sua posição perante o problema abordado. Dessa maneira, os PCNs subsidiam os critérios estabelecidos pelo Enem e contribuem para as expectativas da equipe de avaliação, nos seguintes aspectos: a estruturação do texto, o atendimento à temática, às competências, à expressão em norma padrão da língua e à proposta de intervenção social *respeitando os direitos humanos*.

Ao elaborar uma proposta de solução para o problema instalado, no texto, esta deve condizer com os Direitos Humanos.

2 DIREITOS HUMANOS: histórico jurídico, elementos constitutivos e inter-relações com a temática da redação do Enem 2012

Apresenta-se, nesta seção, um breve resumo sobre a construção dos direitos humanos, seus princípios, gerações e implicações na temática da redação do Enem de 2012.

Definem-se os direitos humanos sob dois aspectos, inicialmente, sob a análise dos fundamentos primeiros destes direitos, temas relevantes para as ciências da filosofia, a sociologia e a ciência política contemporânea. Posteriormente, faz-se uma abordagem jurídica desta categoria de direitos relacionados diretamente com o conjunto de tratados, convenções e legislações cujo objeto é a definição e regulação dos mecanismos internacionais e nacionais, garantidores dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Os direitos humanos são aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser humano, por sua própria natureza e pela dignidade que a ela é inerente. Eles vêm sendo regulamentados ao longo dos séculos e seus princípios aparecem em circunstâncias específicas e cercadas de lutas em defesa da opressão e da liberdade. A Carta Magna editada em 1215, na Inglaterra, constituiu-se em um dos grandes marcos dos Direitos Humanos que inaugura uma era em que se criou o preceito de poderes do soberano e do Estado, a serem limitados por uma lei escrita.

Os Direitos humanos fundamentais à “vida, liberdade, alimentação, saúde, afeto, expressão sexual e lazer” estabelecem as mínimas condições para que a pessoa possa viver a vida com dignidade. São direitos universais porque referem-se a todas as pessoas, não se limitando apenas a uma etnia, uma nacionalidade e a um sexo. Desprovido destes direitos, nenhum indivíduo seria capaz de desenvolver-se e de participar plenamente da vida em sociedade. A Declaração dos Direitos humanos é posterior à segunda guerra mundial.

Desenvolveram-se três gerações ou dimensões dos direitos fundamentais que não se refletem apenas nos aspectos políticos, teóricos, filosóficos, mas também no aspecto didático. São gerações, no sentido de apontarem cronologicamente o reconhecimento, afirmação e proclamação das carências e necessidades humanas, marcadas e originadas das mudanças sociais. Superam-se dialeticamente, pois os novos direitos conquistados pelo homem em sociedade vão sendo incorporados a uma nova geração. Nesse sentido, Bobbio (1997) relaciona as expressões “geração/dimensão” clássicas dos direitos humanos.

Os direitos humanos de primeira geração são os relacionados com os direitos civis. O Estado deveria ser contido e limitado no seu poder de punição. Para isso, cria-se o dispositivo do Direito Civil. Os direitos sociais, econômicos e culturais são os direitos humanos de segunda geração, aos quais correspondem uma contra prestação, ou seja, onde há direito à educação deve haver, em contrapartida, uma escola. Os direitos humanos de terceira geração apelam pelo trabalho e solidariedade para as diversidades, injustiças e negativas à vida das pessoas. Encontra-se em processo de formação uma quarta e outras gerações, pois vão surgindo conforme as necessidades sociais e históricas.

Os temas das redações do Enem, frequentemente, remetem a direitos humanos das pessoas, cujos princípios e conceitos básicos os candidatos à prova deveriam conhecer para argumentarem satisfatoriamente ao desafio proposto. Na proposta de redação de 2012, *O movimento imigratório para o Brasil no século XXI* (BRASIL, 2013), fica implícita, principalmente, a referência aos direitos de liberdade e o de ir e vir e suas correlações.

3 REDAÇÕES DO ENEM: análise discursiva das propostas de intervenção social dos alunos

Analisa-se, nesta seção, os discursos acadêmicos e midiáticos sobre o tema do Enem 2012 que se encontram presentes no material *A Redação no Enem: guia do participante 2013*, publicado pelo Inep/MEC. O olhar para essa análise apóia-se na perspectiva da Análise de Discurso de linha Francesa, mais especificamente, em Foucault (2000), cujos conceitos serão ressaltados.

Nessa esteira, entende-se discurso como “um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiam na mesma formação discursiva”, e que esta, por sua vez, consiste em uma “grande família de enunciados”. Segundo o autor:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhantes sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlação, posições e funcionamentos, transformações), diremos por convenção, que se trata de uma formação discursiva[...] (FOUCAULT, 2000, p.43).

Os enunciados são “coisas que se transmitem e se conservam, que têm um valor, das quais procuramos nos apropriar, que repetimos e reproduzimos e transformamos [...]” (Foucault, 2000, p.138 – 139). São eles que caracterizam as práticas discursivas de uma dada categoria profissional como por exemplo, os professores, os advogados, os médicos que usam determinados enunciados que se repetem com uma certa regularidade e formam maneiras de pensar e de dizer.

A definição de discurso em Foucault permite entender que as práticas discursivas moldam nossas maneiras de constituir o mundo, de compreendê-lo e de falar sobre ele. Ela não é somente um ato de fala, não é uma ação concreta e individual de pronunciar discursos, mas é todo um conjunto de produção de enunciados. As práticas discursivas são, conforme Foucault (2000, p. 136):

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa.

Os discursos, para Foucault (2000), nunca podem se colocar fora do acontecimento e dos poderes que o acontecimento coloca em circulação. Assim, a análise de um discurso deve compreender os efeitos de sentido que ele produz, indagando sobre as suas condições de produção, já que ele é determinado histórica e socialmente.

O analista, quando se propõe a analisar um discurso, primeiramente, deve observar em que condições de produção se deram as práticas discursivas das quais emanam os possíveis sentidos que se estabeleceram entre interlocutores de uma dada sociedade. Para isso, ele se vale da memória discursiva institucional, ou seja, do arquivo e dos efeitos dessa memória, ou seja, o interdiscurso, procurando estabilizar ou deslocar sentidos (PÊCHEUX,1998).

O arquivo, por sua vez, como um conjunto de regras que rege tanto aquilo que pode ser dito quanto tudo o que deve ser lembrado, conservado e reativado num dado período histórico e numa dada sociedade, será escavado. O analista levará em conta os diversos campos de relações em embate pois, sabe-se que em cada lugar, a posição que o sujeito ocupa é diferente, dependendo do jogo de poderes em questão, obedecendo à ordem do discurso (FOUCAULT, 2000).

Para Foucault (2000), o sujeito constitui-se por meio do e no discurso. Esse autor procura definir de que maneira nós mesmos nos constituímos como sujeitos modernos, isto é, de que maneira cada um de nós se torna essa entidade a que chamamos de sujeito. O desafio seria examinar como ele foi sendo moldado pelas práticas sociais e pelas práticas pedagógicas.

Sendo assim, o analista vai escavar os enunciados que se apóiam na mesma formação discursiva e no entrelaçamento de outras vozes provenientes de outras formações discursivas que constituirão o sujeito desse discurso, em toda a sua heterogeneidade.

A noção de heterogeneidade, proposta por Authier-Revuz (1990), com base nos estudos de Michael Bakhtin, linguista russo, mostra as evidências de um discurso *outro* no próprio discurso, ou seja, várias vozes, vários discursos manifestam-se na fala do sujeito. A autora entende a linguagem como heterogênea em sua própria constituição e como a materialidade do discurso é de natureza lingüística, para a autora, é lógico considerá-lo também heterogêneo.

No Enem de 2012, foco de interesse neste trabalho, o tema da proposta de redação foi *O movimento migratório para o Brasil no século XXI*. De acordo com o Guia do participante *A redação no Enem 2013*, o enunciado, na íntegra, consiste em:

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O MOVIMENTO MIGRATÓRIO PARA O BRASIL NO SÉCULO XXI**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista (BRASIL, 2013, p. 24).

O candidato ao Enem 2012, a partir desse enunciado, deveria apresentar uma *proposta de intervenção na vida social* para uma possível resolução do problema apontado, ou seja, a imigração para o Brasil no nosso século. A proposta de solução deveria manter um elo com a tese desenvolvida no texto, ter argumentos condizentes e manter coerência com os argumentos apresentados, expressando a visão do aluno como autor. A sugestão deveria, em lugar de apresentar-se genericamente, ser específica, propor algo sólido, objetivo e de forma minuciosa sinalizar os caminhos que poderão ser utilizados. É primordial que o autor do texto *respeite os direitos humanos*. Isso significa que o candidato deveria preservar os valores e princípios constitucionais como cidadania, liberdade, solidariedade e diversidade cultural. A depender do nível de adequação do texto a essas regras, o avaliador atribuiria uma nota de 0 a 200 pontos.

Apresenta-se, nesta seção, uma redação corrigida e comentada, constante do manual *A redação no Enem 2013: guia do participante*, que traz comentários sobre as *redações nota 1000* que atenderam às competências esperadas sobre o tema “O movimento migratório para o Brasil no século XXI” (BRASIL, 2013, p. 36):

Redação de DANILO MARINHO PEREIRA - Belém/PA

Imigração no século XXI: sinônimo de desenvolvimento

Diferentemente do que ocorreu em séculos passados durante o processo de colonização, o Brasil, no século XXI, destaca-se no cenário mundial por atuar como área de atração populacional. Tal interesse pela residência no país é resultado de sucessivas conquistas, as quais foram benéficas para o reconhecimento da nação pelo mundo. Nesse cenário, as políticas relacionadas ao desenvolvimento expressivo devem ser prosseguidas, na tentativa de tornar a migração um fator positivo e proporcionar a diversidade. O movimento migratório para o Brasil apresenta como um dos fatores motivadores a maior estabilidade política alcançada. Diante de um cenário mundial de crises, conflitos e desequilíbrios, vários indivíduos de diversas partes do mundo buscam se instalar no país a fim de ter acesso a condições mais dignificáveis de vida. Um dos grandes responsáveis por esse

cenário é o papel de liderança e representatividade que o Brasil assume em órgãos como o Mercosul, o FMI e a ONU. Outro fator relacionado à imigração para o país envolve aspectos sociais. A educação e a saúde são elementos fundamentais nesse processo. Por meio delas, os índices de pobreza e analfabetismo reduzem, e grande parte da população tem acesso à estabilidade financeira e qualidade de vida. A partir disso, o Brasil adquire estabilidade social e inverte o papel de fornecedor de profissionais qualificados, os quais procuravam os centros de poder como a Europa e os Estados Unidos. Diante do cenário benéfico e atrativo no qual o Brasil se encontra, é necessário que a continuidade e a qualidade das políticas que promovem a imigração positiva sejam prosseguidas. Isso pode ser feito por meio de investimentos em setores como a educação e a saúde, assim como a criação de órgãos que proporcionem o controle da entrada de migrantes e que deem assistência a esses. Feito isso, a diversidade populacional e o desenvolvimento serão promovidos (BRASIL, 2013, p. 37)

Esta redação, produzida pelo candidato Danilo, apresentou, de acordo com os comentários do material *A Redação do ENEM: guia do participante 2013* (BRASIL, p.37), um bom resultado. De acordo com os comentários do referido material, o sujeito produtor do texto elaborou uma proposta de intervenção social coerente com o desenvolvimento das idéias e respeitou os direitos humanos. A imigração, no texto, foi apontada como um fator positivo para o desenvolvimento do país.

Geralmente, no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), assim como nos vestibulares, as condições de produção de uma redação são bem específicas. O candidato fica tenso, precisa ter um desempenho satisfatório e, certamente, em lugar de propor uma solução que realmente possa resolver o problema apontado pela questão polêmica da proposta temática, estará preocupado em impressionar, convencer a banca examinadora. Isso porque o sujeito faz uma antecipação das características do seu interlocutor e, nessas condições, percebe que deveria interagir com “interlocutor-avaliador”. Os três textos motivadores apresentados na antologia como suportes para leitura, veiculam um discurso de valorização das ações governamentais brasileiras quanto ao tratamento da imigração para o país, contemporaneamente.

Os enunciados elaborados pelo sujeito discursivo, nesta redação, acionam, pela memória discursiva, arquivos que guardam os interdiscursos da família, quando ele afirma que “diferentemente do que ocorreu em séculos passados, o Brasil, no século XXI, destaca-se no cenário mundial por atuar como área de atração populacional” lembrando os saberes dos seus antepassados. O discurso escolar vem à tona quando destaca o movimento migratório como um dos “fatores motivadores” para uma “maior estabilidade política”. O discurso midiático aflora quando se refere a que, por meio da saúde e da educação, os índices de pobreza e analfabetismo seriam diminuídos, sendo que “grande parte da população” teria acesso “à estabilidade financeira e qualidade de vida”. O discurso institucional surge quando

o mesmo sujeito se refere ao “papel de liderança e representatividade” que o Brasil assume perante órgãos como o FMI, o Mercosul e a ONU, ao acolher imigrantes, ao contrário de outros países. O texto, publicado no site da Polícia Federal, adaptado para a coletânea, afirma que “os brasileiros sempre criticaram a forma como os países europeus tratavam os imigrantes” e, logo a seguir, cita a frase do segundo secretário de Justiça e Direitos Humanos do Acre, José Henrique Corinto, que afirma “Agora, chegou a nossa vez”, em uma clara referência a que, cabe ao Brasil, nessa situação, mostrar como se recebe os imigrantes.

O efeito de sentido desse posicionamento do sujeito discursivo na redação é o de que ele fez reverberar discursos provenientes de outras formações discursivas, em lugar de fazer uma proposta autônoma de solução para o problema. Ele repetiu o que as instituições queriam ouvir, ou seja, ele obedeceu a uma ordem discursiva, dizendo o que pode e o que deve ser dito no contexto de produção em que se encontrava, que era o de um candidato ao ingresso a uma instituição acadêmica, que tem lugar e voz próprios. A solução proposta pelo estudante está relacionada com os argumentos selecionados por ele, embora não tenha deixado de recorrer aos já-ditos da memória dos discursos circulantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após contextualização do Enem 2012, que teve como tema *O movimento migratório para o Brasil no século XXI* e a discussão sobre o atendimento à Competência 5 exigida como um dos critérios de avaliação da redação, observou-se que, no texto analisado, o candidato elaborou sua argumentação apresentando uma proposta de intervenção social para o problema apontado e respeitou os direitos humanos.

A indagação inicial deste trabalho sobre qual seria a visão de mundo que os candidatos ao Enem revelam sobre os direitos humanos nas redações, levantou a hipótese de que esses alunos, informados academicamente, deveriam demonstrar competência para dissertar sobre um tema com autonomia e demonstrar discernimento a respeito da cidadania, direitos internacionais e suas correlações.

Sob a perspectiva discursiva francesa foucaultiana, a análise dos efeitos de sentido produzidos por enunciados da redação analisada foram reveladas práticas discursivas que reverberam discursos que já circulam na sociedade, são os já-ditos reproduzidos conforme as memórias discursivas. O sujeito discursivo repete o que a mídia televisiva tem apontado em defesa dos imigrantes, reverberando a posição ideológica governamental implícita nos trechos dos textos da coletânea, que valoriza a atuação política do governo atual em relação às relações internacionais, ou seja, ele obedece a uma ordem discursiva, diz o que

pode e o que deve ser dito no contexto de produção em que se encontra - um candidato ao ingresso a uma instituição acadêmica - que tem lugar e voz próprios.

Ao finalizar as considerações sobre os resultados dessa pesquisa, concorda-se com Foucault (2000) que, desde o nascimento, vivemos num mundo que já é de linguagem, num mundo em que os discursos já estão circulando há tempos e, por isso, nós nos tornamos sujeitos derivados e repetíveis desses discursos.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativas. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. Campinas. UNICAMP/IEL, n.19, 1990, p.25-42.

BOBBIO, Norberto. **Locke e o direito natural**. Brasília: Ed.UnB, 1997.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102408> . Acesso em: 02 ago. 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394**. D.O.U. de 23 de dezembro de 1996.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio**. Parte II. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000.

_____. **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): fundamentação teórico-metodológica**. Brasília: MEC/INEP, 2005.

BRASIL. **A redação no Enem 2012: guia do participante**. Brasília: MEC/INEP, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução Angela S.M. Corrêa. ed.,1ª reimpressão.-São Paulo: Contexto, 2007.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Vega: Passagens, 2006.

_____. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**.Campinas: Pontes, 1998.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 7 ed. São Paulo: editora Saraiva, 2007.